



Sobrado de azulejos portugueses da Praça Cayru, erguido no século XIX e tombado pelo Iphan, abrigará Museu da Música. Imóveis foram declarados de interesse público pelo município

SALVADOR INFRAESTRUTURA

Casa da música

Prédio na Praça Cayru se torna de interesse público e abrigará museu

Giulia Marquezini

giulia.marquezini@redabahia.com.br

Tombado em 31 de julho de 1969 pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o sobrado português azulejado branco e azul, na Praça Cayru, no Comércio, chegou a ser cotado para ser um hotel de luxo da rede Hilton, mas encontrou na música uma nova finalidade.

Ontem, foi publicado no Diário Oficial do Município (DOM) o decreto que torna de utilidade pública (primeiro passo para a desapropriação) sete imóveis na região - incluindo o sobrado - que serão sede de equipamentos como o Museu da Música e o Arquivo Público da Cidade.

Segundo o Iphan, os prédios citados integram o conjunto arquitetônico do bairro do Comércio, tombado em 2008. O casarão, de 463,51 m², porém, está descaracterizado por alterações em sua parte interna e inserções de elementos archi-

tônicos não condizentes, como lajes e marquises de concreto. A fachada principal é revestida de azulejos industrializados do século XIX, e exibe vãos em forma de ogiva, como em outros edifícios neogóticos. Segundo o secretário municipal de Cultura e Turismo, Érico Mendonça, o decreto permite à Secretaria da Fazenda (Sefaz) dar continuidade ao processo de desapropriação.

O casarão é alvo de uma disputa judicial entre dois proprietários, cujos nomes não foram divulgados. "O prédio está em situação precária e o hotel desistiu do projeto. Três imóveis irão abrigar o Arquivo Público e quatro vão abrir o Museu da Música", afirmou o secretário. Ainda de acordo com o secretário, a Sefaz deve calcular quanto custa esta desapropriação e apresentar a proposta aos proprietários.

ORÇAMENTO

Em julho, a prefeitura afirmou à coluna de Telma Alvarenga, no CORREIO, que o investimento previsto seria de R\$40 milhões e as obras devem ficar prontas em 20 meses. De acordo com Érico Mendonça, a empresa paulista Telem, ligada à produção de audiovisual e iluminação, manifestou interesse na implantação

do museu. A empresa está realizando o estudo dos imóveis e produzindo o projeto executivo, que deve ficar pronto até o dia 30 de outubro.

De acordo com a Casa Civil do município, a implantação do museu é uma Manifestação de Interesse da Iniciativa Privada (MIP), uma parceria entre os setores público e privado. Após a entrega do projeto, a prefeitura deve abrir licitação para a construção efetiva do museu, mas ainda não há data definida para a abertura. "Só iremos fechar o orçamento to-

tal da obra quando acabar o estudo", ressaltou Mendonça.

CIDADE MUSICAL

A iniciativa de construir um Museu de Música faz parte de uma série de ações da prefeitura para fortalecer a cultura local e promover a cidade internacionalmente. Em julho, Salvador se tornou candidata ao título de Cidade da Música e, caso seja selecionada, a capital baiana será a primeira cidade brasileira a fazer parte da Rede de Cidades Criativas da Unesco no âmbito da música.

Na ocasião, o prefeito ACM Neto afirmou que o título dará mais projeção a Salvador. "Vamos mostrar que somos capazes de criar oportunidades para crianças e jovens através da música. Que ela é usada como um instrumento de inclusão, como um caminho de dar oportunidade para o futuro de milhares de crianças e jovens".

ARQUIVO PÚBLICO

Sobre o Arquivo Histórico Municipal de Salvador, que atualmente funciona junto à Fundação Gregório de Mattos, na Rua Chile, no Centro, Mendonça afirma que a mudança de local garantirá mais espaço para o equipamento. "Atual-

mente, ele está em um local pequeno e precisa de mais espaço. É um arquivo muito rico e deveremos transformá-lo em um espaço aberto à visitação, além da área da pesquisa", afirmou o secretário.

A Fundação Gregório de Mattos também irá deixar o imóvel alugado, e será instalada em quatro prédios que passam por processo de desapropriação, na Barroquinha. Para Fernando Guerreiro, presidente da Fundação Gregório de Mattos, a mudança traz ganhos para todos os interessados. "A mudança vai ser excelente. Vamos conseguir um prédio específico para o Arquivo Público que não está em condições ideais e poderemos avançar com o processo de recuperação das coleções", afirmou.

Ainda segundo Guerreiro, a fundação não consegue captar investimentos na área privada através da Lei Rouanet, que busca estimular o apoio da iniciativa privada ao setor cultural, pois não possui sede própria. "Além de conseguir investimentos, com a mudança e reformas formaremos um grande corredor cultural na Barroquinha, que será revitalizada e movimentada com outro tipo de ocupação".



Três imóveis
irão abrigar o
Arquivo Público
e quatro vão
abrir o Museu
da Música

Secretário Érico Mendonça,
sobre imóveis alvos de decreto